

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória de reunião do GT-Difusão nº 01/2020

Grupo de Trabalho:	GT-Difusão de Informações sobre Outorgas e Licenças da CT-Outorga e Licenças
Reunião:	2ª Reunião Ordinária do GT-Difusão de Informações sobre Outorgas e Licenças
Data:	11/11/2020
Local:	Google Meet: http://meet.google.com/itb-qdin-apj
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, o objetivo foi discutir as diversas ferramentas para a divulgação das informações referente a outorgas e licenças.
Pauta:	1. Fechamento e aprovação das atividades no âmbito do ano de 2020 no âmbito do GT para apreciação em reunião ordinária da CT-OL; 2. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A Sra. Cecília (DAEE) informou sobre a necessidade de divulgar informações referente as outorgas e licenças e qual ferramenta seria de maior acessibilidade ao pequeno produtor rural e que para as dúvidas dos consultores ambientais o DAEE possui canais de comunicação que possibilitam o esclarecimento de dúvidas. A Sra. Marcia Carneiro (Mackenzie), a importância na divulgação dos critérios utilizados para as outorgas e licenças abrangendo o consumidor final, através de uma equipe de assistência ao pequeno usuário e até mesmo treinamentos específicos. Verificou-se o que havia sido proposto no plano de trabalho da CTOL, como temas discussão, a saber: curso na plataforma de EAD para o uso dos sistemas eletrônicos de outorga e licenciamento ambiental; “PodCast” e “Tutoriais” para o uso dos sistemas eletrônicos de outorga e licenciamento ambiental.; diretrizes para outorga coletiva; integração de informação dos bancos de dados de cadastro de outorgas e licenciamento ambiental nas Bacias PCJ, incluindo o PJ, porção mineira. Devem estar inseridos na “Política de Outorgas e Licenças, visto que são ações que devem estar inseridas nos programas. Com relação a diretrizes para a outorga coletiva, destacamos que foi inserida neste grupo para discussão, visto que, a ideia central da CTOL, seria buscar informações sobre o assunto, boas práticas, pontos positivos e negativos, para conhecer o assunto, para caminhar para uma oficina de debate com diversos setores de usuários, com o objetivo de sugerir ao órgão gestor de recursos hídricos, algumas proposições para a implantação deste instrumento previsto em legislação nas Bacias PCJ, considerando a sua região, os conflitos pelo uso da água. Será discutido um texto com os membros do GT um texto para a inclusão dos tópicos acima mencionados na Minuta da Política de Outorgas e Licenças a necessidade de difundir as informações referentes a outorgas e licenças.
Próxima reunião:	Não há reuniões agendadas.
Observações:	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória de reunião do GT-Difusão nº 01/2020

Responsável pela redação:	Marcos Cazzonato (Secretaria Executiva da Agência das Bacias PCJ)
----------------------------------	---

Participantes – Nome completo (Entidade)			
1	Cecília de Barros Aranha (DAEE)	16	
2	Fábio Renato de Souza Cruz (FRC Ambiental)	17	
3	Carlos Eduardo da Silva Francisco (Semear Consultoria)	18	
4	Bruno Aranda (Agência das Bacias PCJ)	19	
5	Marcos Cazzonato (Agência das Bacias PCJ)	20	
6	Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ)	21	
7	Márcia Carneio Brandão (Mackenzie)	22	
8	Victor Marinheiro (P.M. de Louveira)	23	
9		24	
10		25	
11		26	
12		27	
13		28	
14		29	
15		30	